

Área Temática: Administração Pública.

AUTORES

LUCIANE FERREIRA CARDOSO

Universidade Federal de Santa Catarina
lucianecardoso@gmail.com

SAMUEL FELIPPE

Universidade Federal de Santa Catarina
samuelfelippe@hotmail.com

ANDERSON SASAKI VASQUES PACHECO

Universidade Federal de Santa Catarina
sasaki.anderson@gmail.com

KARIN VIEIRA DA SILVA

Universidade Federal de Santa Catarina
vieira.karin@gmail.com

Título do Trabalho: Fortalecimento da Gestão Social na Universidade Pública: o caso do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI/UFSC.

RESUMO: O presente artigo se constitui em uma análise dos processos de pluralismo e de participação fomentados por meio dos projetos de extensão ofertados pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, dentro do escopo crítico da Gestão Social. O Núcleo, entidade vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, promove atividades de desenvolvimento pessoal e inclusão de pessoas da terceira idade em âmbito acadêmico e comunitário, para que tornem-se sujeitos em transformação e transformadores de suas realidades sociais. Esse estudo justifica-se na medida em que a extensão universitária se concretiza como possibilidade de mudança social na vida de diversos indivíduos envolvidos nos projetos – desde estudantes de graduação até beneficiários. Os dados foram obtidos a partir de consulta a documentos institucionais, documentos informativos, entrevista semi-estruturada e observação participante. Verificou-se, ao final, que a iniciativa do NETI acorda com os princípios da Gestão Social principalmente no que tange a promoção da cidadania e do bem comum e configura-se como uma possibilidade de aproximação entre um ente público e a sociedade civil.

ABSTRACT: This paper constitutes an analysis of the pluralism processes and participation encouraged through extension projects offered by the Center for Studies of the Elderly at Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, under the scope of critical social management. The Center, an entity linked to the Dean of Extension and Culture from UFSC, activities for personal development and inclusion of elderly people in the academic and community, to become subjects in processing and transforming their social realities. This study is justified since the university extension is realized as a possibility for social change in the lives of several individuals involved in the projects - from graduate students to beneficiaries. Data were obtained from consultation with institutional documents, information documents, semi-structured interviews and participant observation. There was, finally, that

the initiative of NETI agrees with the principles of social management especially regarding the promotion of citizenship and the common good and configures itself as a possibility of a rapprochement between the public entity and civil society.

Palavras-chave: Universidade, Extensão, Terceira Idade.

1 INTRODUÇÃO

A taxa de envelhecimento no Estado brasileiro vem crescendo, juntamente com a importância de se estimular a expectativa de vida. Comparando-se os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1960, de 2000 e de 2010, nota-se que, nos últimos 50 anos, a população brasileira aumentou de 70 milhões de pessoas em 1960, para 190,7 milhões em 2010. O aumento do número de idosos, no entanto, foi maior ainda. Em 1960, havia 3,3 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais e estes representavam 4,7% da população. Em 2000, o número passou para 14,5 milhões (8,5% dos brasileiros), e em 2010 chegou a 10,8% da população (20,5 milhões de pessoas).

Em 2012, também o IBGE divulgou, em pesquisa preliminar, que chegamos aos 14% de idosos em relação à população total do país. Com isso, percebemos a importância de entender a dinâmica atual de envelhecimento que nossa sociedade desenvolve e como estas pessoas proporcionarão por mais tempo atitudes participativas e de grande valia social.

Nesse sentido, resgata-se na presente pesquisa o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina, que desde seu surgimento, em 1983, promove a discussão sociopolítica de questões relacionadas à marginalização do idoso, e a mobilização de entidades públicas e sociais para desenvolvimento de projetos conjuntos, tendo em vista a inclusão e participação efetivas dos mesmos em tais ações (NETI, 2012).

A universidade tem, nessa conjuntura, importante papel na promoção da emancipação humana, não apenas pela via do ensino e pesquisa, mas também da extensão universitária. Considerando que vivemos numa sociedade de organizações (DRUCKER, 1999), não se trata de prescindir da ação da universidade; mas de revalorizar e ressignificar a contribuição universitária por meio da gestão social e da cidadania, e, ao mesmo tempo, promover a sua missão em prol da ciência, criação do conhecimento e da educação.

Assim, o estudo proposto justifica-se na medida em que a extensão universitária representa possibilidade da comunidade acadêmica – professores e graduandos - socializar o conhecimento e estreitar as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade (SILVA, 1996).

Silva (1996) destaca ainda que a extensão universitária atua como uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades.

Também, é de grande valia o estudo e aprimoramento de ações integrativas para o idoso, uma vez que contribuem para a transformação do indivíduo em direção ao enfrentamento das barreiras sociais e preconceitos existentes em nossa sociedade. Ações integrativas como as promovidas pelo NETI, fomentam uma relação reflexiva e dialógica, fazendo com que os idosos redescubram sua imagem como cidadãos, que “são sujeitos e fazem e refazem a história” (TENÓRIO et al., 2010, p. 3).

Assim, a Gestão Social constitui corpus teórico-prático adequado à análise de iniciativas que contenham, explicitamente ou não, caráter emancipatório. Isso porque a orientação normativa da Gestão Social é direcionada para a concordância, a dialogicidade, o pluralismo, a autonomia, o bem comum, a igualdade participativa e a inclusão (TENÓRIO, 2008C).

1.1 Problema de Pesquisa e Objetivo

Nesse contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: como o processo de inclusão e pluralismo social fomentados pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade, caracterizam a Gestão Social dentro da UFSC? Objetiva-se, assim, analisar o trabalho de aperfeiçoamento humano ofertado pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade na UFSC, dentro do escopo-crítico da Gestão Social.

Para tanto, adotar-se-á o seguinte percurso discursivo: após estas considerações iniciais, serão delineados (i) os fundamentos teóricos de apoio, constituídos pelo papel da Universidade e da extensão universitária e pelos preceitos da Gestão Social; (ii) os procedimentos metodológicos caracterizadores do estudo; (iii) a apresentação e a discussão do caso; e (iv) as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Universidade

A crescente proeminência brasileira, em cenário mundial, como um país que luta para reduzir a fome e para minimizar as misérias, apresenta como corolário fundamental a necessidade de converter a estabilidade política e econômica em políticas e programas sociais que culminem com a emancipação de indivíduos até então marginalizados.

Neste contexto a economia solidária tem crescido no país, de acordo com Zart e Santos (2006) isto representa a organização de movimentos sociais no estabelecimento de alternativas que viabilizem políticas públicas para a inclusão social, como ainda para a transformação das estruturas e das relações sociais causadoras da marginalização humana e da degradação ambiental.

De acordo com Santos e Almeida Filho (2008, p. 166-167) “por mais referenciada em códigos de conhecimento e informação, a sociedade humana da atualidade continua estruturada sobre profundas contradições políticas e perversas desigualdades sociais”. Destaca também que no Brasil deveria ser construída uma instituição “capaz de atuar como instrumento de integração social e política entre países, culturas e povos, em contraposição aos efeitos perversos do globalitarismo”. (SANTOS, & ALMEIDA FILHO 2008, 172). E neste tocante, a universidade tem um papel fundamental, enquanto instituição com forte potencial de transformação social.

A universidade pode conduzir um projeto social e epistemológico adequado à superação das decorrências da globalização neoliberal da economia, para tanto é necessário que seja aberta, dialógica, problematizadora e emancipatória. Dessa forma:

A universidade é uma instituição que tem como compromisso desenvolver um pensamento a partir da realidade e com os sujeitos com os quais convive, não para neles permanecer, mas se constituir na capacidade de mobilização de competências crítico-propositivas, para ações transformadoras que continuamente promovam a reflexão sobre o feito e o não realizado, vislumbrando caminhos novos para alternativas novas. (ZART, & Santos, 2006, p. 33)

Para Schommer e Boullosa (2010) os processos de desenvolvimento sócio-territorial nos quais há intervenção da universidade, o objeto a ser deslocado não deveria ser o conhecimento, mas sim o sujeito do conhecimento. Para que dessa forma ocorra a efetiva transferência de saberes.

Observa-se que a universidade associa peculiaridades tradicionais, rigidez, divisão disciplinar, burocratização e resistência a pressões sociais, por um lado, e por outro estabelece

espaço de diversidade, experiências, produção e articulação de diferentes conhecimentos, crítica e inovação (DELANTY, 2001; SCHOMMER, 2005 *apud* SCHOMMER e BOULLOSA, 2010, P. 35). Logo, nesta abundância de possibilidades de relacionamentos entre a universidade e outros atores sociais, são diversas as oportunidades de desempenhar um exercício para a habilitação ao exercício da cidadania.

2.2 Extensão universitária

Segundo Cruz *et al* (2010) a extensão universitária tem bases na pedagogia crítica, que está alicerçada no diálogo, uma relação horizontal no qual professor e aluno são sujeitos que fazem e refazem a história. Pensar a extensão pressupõe trabalhar o processo de formação universitária por meio de uma pedagogia crítica que construa novos conhecimentos, compreendendo o contexto social no qual se está inserido, assumindo assim a interface entre o saber acadêmico e popular, construindo dessa forma uma relação de criticidade e de troca de experiências. A pedagogia crítica compreende a liberdade entre educador e educando, construindo o aprendizado de maneira bilateral.

Segundo descrito no Plano Nacional de Extensão Universitária, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão -1987- se definiu Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É uma via de mão-dupla: a comunidade acadêmica encontrará na sociedade a oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos, e no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, acrescentará àquele conhecimento. Esse fluxo, que troca saberes sistematizados, acadêmico e popular, trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da Universidade. É um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA, 2000). Nogueira (*apud* Nogueira, 2000, p.8) ressalta também a relação extensão e compromisso social da universidade:

A extensão universitária é então resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar à universidade cumprir sua função social. Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava colocá-la lado a lado do ensino e da pesquisa como meio de democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta mesma universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa.

A extensão tem grande importância para o desenvolvimento do ser humano como indivíduo ativo, “que transforma o mundo que está inserido” (CRUZ *et al*, 2010 p. 4). Ela permite aos mais abastados a verdadeira conscientização do mundo. Permite identificar as diferenças, os ensinamentos dos diferentes mundos sociais, respeitando-os, Bellei (2006) coloca que, por sua vivência, vê a extensão como “prima pobre” da universidade, e talvez por isso, seja a mais importante, já que sua função é estabelecer a conexão com o social, é o que liga a universidade à sociedade.

Conforme Nogueira (2000) a extensão como atividade acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, respeitando o compromisso social da universidade. O conteúdo da extensão deve ser definido a partir das diretrizes políticas da universidade tendo em consideração a relação entre realidade institucional e o processo histórico, sendo assim uma resposta aos anseios da sociedade. A relação entre extensão e pesquisa ocorre, sobretudo pelo papel que esta desempenha enquanto criadora de conhecimentos, enquanto seja capaz de contribuir para a

transformação da sociedade. A relação entre pesquisa e compromisso social tem como centro saber-se o que será pesquisado e para quais fins se buscam esses novos conhecimentos.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) coloca-se que a extensão atualmente é muito diferente do assistencialismo: vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestações de serviços e difusão cultural. Aponta para uma concepção de universidade em que a relação com a população é a oxigenação necessária para a vida acadêmica. Dentro desse marco, a produção do conhecimento, via extensão, se dará na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, gerando conseqüentemente a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) esclarece que a extensão só se concretiza, enquanto prática acadêmica, quando é discutida sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade. Ressalta que essa intervenção na realidade não objetiva levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tornando-os acessíveis à população. Assim, a natureza pública da universidade se confirma à medida que os diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, não significando, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

No mesmo Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), são citados os princípios básicos, presentes na plataforma política de extensão universitária desde 1987:

- a) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- b) A universidade não é proprietária de um saber pronto e acabado, a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, por participar dessa sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, através de grupos sociais com os quais interage, ou/e de questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- c) A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- d) A ação cidadã das universidades deve difundir os saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações, resultantes dessas pesquisas;
- e) A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, encarada como um trabalho social, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- f) A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Wanderley (2005) reforça a forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão afirmando que, se é válida a separação deste tripé para efeitos analíticos, o conteúdo social deve estar necessariamente presente no conjunto.

2.3 Gestão Social

O campo da gestão social é embrionário, no contexto brasileiro, enquanto pesquisa e prática, sendo inicialmente discutido em meados da década de 1990, a partir de fortes mudanças em âmbito mundial, que repercutiram na política e economia nacional, como a

globalização e a decadência do estado bem estar social e conseguinte onda neoliberal. (DOWBOR, 1999; MAIA, 2005).

O enfraquecimento do estado enquanto garantidor das necessidades da tessitura social, em especial, da parcela da população com evidente desvantagem socioeconômica, construiu lacunas sociais latentes, não atendidas pelo estado e nem pelo mercado. Nesse contexto, a mobilização social e a parceria entre entidades públicas e comunidade, passaram a se configurar como alternativas viáveis e efetivas, para o enfrentamento das demandas da sociedade civil.

A reconfiguração das relações existentes entre os diversos atores sociais e o surgimento de novas formas organizacionais determinou a necessidade de repensar a lógica subjacente aos mesmos, visando superar o caráter paternalista, assistencial e funcionalista, tradicionalmente característicos no vínculo entre estado-sociedade e capital-trabalho.

Em vista dos pares de palavras supracitados é que se alicerça o entendimento de Gestão Social aqui utilizado como viés teórico. Tenório (2008B) propõe uma inversão nos pares de palavras: sociedade-estado e trabalho-capital. Essas novas configurações sugerem uma mudança fundamental na medida em que pretendem sinalizar que a sociedade e o trabalho devem ocupar os papéis centrais desta relação, ou seja, a sociedade deve agir de forma cidadã e participativa nas relações que estabelece com o estado, assim como o trabalho não deve estar submetido às forças mercadológicas.

O autor destaca ainda uma divergência fundamental entre o modelo tradicional funcionalista de gestão – a gestão estratégica, e a gestão social, visto que a o primeiro opera determinada pelo mercado, nas relações prevalece o monólogo, o indivíduo, enquanto a gestão social deve ser orientada pela solidariedade, zelar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e tendo a solidariedade como seu motivo, em suas relações deve prevalecer o diálogo, o coletivo. (TENÓRIO, 2008B)

Em linhas gerais, a gestão social pode ser entendida como:

O conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política, (TENÓRIO, 1998, p.7).

Nessa concepção, a cidadania deliberativa aparece como tema transversal, sendo uma categoria articuladora e democrática de relação entre diversos atores sociais, poder estatal e mercado, pois está baseada no entendimento de que a legitimidade das decisões “deve ter origem em processo de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.” (TENÓRIO, 2008B, p.41).

Ressalta-se que tal compreensão tem seus fundamentos atrelados à segunda geração da Escola de Frankfurt, berço dos estudos críticos sobre emancipação humana, em especial, ao pensamento de Habermas (1987), no qual a razão comunicativa deve ser orientadora das relações sociais, através do diálogo, pluralismo e da concordância.

A partir da apresentação do conceito de gestão social, acredita-se que o mesmo se constitui em uma base para que o papel das universidades públicas e suas práticas sejam analisados, visto que o papel social universitário é de extrema importância para o desenvolvimento nacional e progresso da cidadania popular. Alinhar as preocupações de instituições de ensino superior com o desenvolvimento local, com a responsabilidade social e com os interesses da comunidade onde está inserida é imperativo para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e autônoma.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista a caracterização e o objetivo da pesquisa, anteriormente expostos, o método utilizado é o do estudo de caso, de caráter qualitativo, orientação descritiva e

perspectiva espaço-temporal localizada. Empreendeu-se uma investigação acerca de um fenômeno contemporâneo dentro de dado contexto real (YIN, 2005) – análise do processo de inclusão e de pluralidade nos projetos ofertados, mediante o exame profundo de uma unidade de pesquisa o (NETI).

Categories	Critérios Investigados	Ferramenta de análise
Inclusão: Incorporação de atores individuais e coletivos, anteriormente excluídos dos espaços de decisão nas políticas públicas.	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores de necessidade de uma metodologia participativa.	Entrevista semi-estruturada com foco nos projetos ofertados pelo NETI.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania, através da relevância da participação social.	Entrevista semi-estruturada com foco nos objetivos alcançados pelas ações do NETI.
Pluralismo: multiplicidade de atores, (poder público, sociedade civil e mercado) que a partir dos seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos na decisão das políticas públicas	Participação de diferentes atores: atuação de movimentos, associações e organizações, assim como cidadãos não organizados que também estão envolvidos nos processos deliberativos.	Entrevista semi-estruturada e análise bibliográfica nos acervos do NETI.

Figura 1. Categorias analíticas e ferramentas de pesquisa

Fonte: Adaptado de Tenório *et al* (2008A).

Conforme a Figura 1 em primeiro momento, o foco analítico volta-se para a análise da aceitação social, política e técnica, existente na estrutura da organização analisada. Intenta-se, aí, identificar a participação direta ou, indiretamente, do processo de utilização de metodologias participativas para a formação emancipatória dos beneficiados pelas atividades do NETI. Em momento seguinte, a análise circunscreve-se ao processo de valorização cidadã no interior das instâncias deliberativas investigadas, procurando-se pela ausência ou presença dos princípios e valores que fundamentam a idéia de cidadania deliberativa, conforme discussão teórica precedente. Por fim, a pesquisa concentra-se na participação de diferentes atores sociais que ocasionam no exercício concreto dos processos deliberativos, por parte de organizações, sociedade e mercado, mudanças sociais nas atividades e o ambiente de trabalho.

Os dados foram obtidos a partir de consulta a documentos institucionais – Regimento Interno, documentos informativos, site, dentre outros -, entrevista semi-estruturada e observação participante. A entrevista semi-estruturada, de caráter não disfarçado e com questões abertas, foi aplicada com a coordenadora do Núcleo em abril de 2012 e a observação participante consistiu de visitas técnicas à organização, durante o expediente de trabalho, objetivando o acompanhamento do processo de inclusão e de participação na gestão da organização, além da validação dos dados obtidos durante a entrevista.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 O NETI: Núcleo de Estudos da Terceira Idade e os direitos dos idosos

Criado pela Portaria 484/GR/83, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina tem por objetivo a elaboração, sistematização, socialização e ampliação de conhecimentos de gerontologia, baseados no planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações que em consonância com a realidade universitária e

comunitária possam integrar a população idosa ao meio acadêmico e comunitário, tendo em vista o estabelecimento de uma política de resgate do papel do idoso na sociedade brasileira.

O Núcleo realiza hoje atividades de extensão, envolvendo a comunidade com programações variadas: palestras, cursos de idiomas, curso de dança, grupos de apoio diversos; de ensino, funcionando como centro de estudos e divulgação de conhecimentos técnicos e científicos preocupando-se com a formação de recursos humanos; e de pesquisa, buscando a comprovação científica de suas ações.

Suas ações de extensão, objeto de análise desse trabalho, concordam com preceitos institucionais, onde no capítulo VII do título “Da Ordem Social”, a Constituição traz artigo específico, que veicula verdadeira norma de garantia ao idoso. Diz que a “família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (art. 230).

A Lei 10.041, de 2003, fruto de uma conquista histórica dos grupos sociais que se atentam para a questão do idoso no Brasil, foi além e previu um verdadeiro dever de prioridade a ser observado pelos governantes e gestores de políticas públicas. O chamado Estatuto do Idoso preceitua que a garantia da prioridade, que é assegurada de modo expresso ao idoso, compreende a “preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas” (art. 3.º, inciso II). Esta Lei orienta que políticas públicas de atenção ao idoso deverão tornar viáveis “formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações” (inciso IV do art. 3.º).

4.2 Inclusão: aceitação social e valorização cidadã

A primeira categoria a ser analisada, a inclusão social, “envolve a incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas” (TENÓRIO, p.11; 2008A). Para fins dessa análise, foram utilizadas duas subcategorias que envolvem a inclusão social, a aceitação social e a valorização cidadã.

Para que a efetiva aceitação do indivíduo ocorra, a sociedade deve abranger o reconhecimento de seus atores em consonância de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico (TENÓRIO; 2008A). O NETI compreende essa instância, nos três campos abordados, incentivando o idoso, desenvolvendo sua autonomia, capacidade de tomar decisões, dignidade e uma perspectiva de vida melhor, assim como focando sua atuação em sociedade.

No âmbito técnico, o projeto de extensão busca educar os participantes através dos cursos de línguas, de contadores de história e de inclusão digital. O projeto de idiomas tem como objetivo trabalhar as situações familiares do cotidiano, habituais e de sua infância, envolvendo o idoso com parte de seu passado visando o engajamento com parentes e amigos que moram em outros países. O projeto de contador de história, como a coordenadora do NETI retrata, “... abrange uma perspectiva de inclusão do idoso, na interação com diferentes agentes, desde crianças em outras escolas, professores e outras instituições que acreditam na atratividade pedagógica da ação.” Ou seja, anseia a aceitação social do indivíduo, tanto tecnicamente, com a atividade de contador de história, tanto socialmente, interagindo com diversos agentes, valorizando-o e abrindo portas para a sociabilização do idoso. A atividade de inclusão digital, também abrange os âmbitos técnico e social, ensinando os idosos a utilizar o computador, navegar na internet, além de formar instrutores-multiplicadores do curso. A metodologia multiplicadora desenvolvida por Sales, Guarezi e Fialho (2007) identificou características de cooperação, auxílio mútuo e valorização como relatam os participantes:

1)“O prazer de estar com as pessoas da mesma idade e com dificuldades iguais ou de repassar aquilo que se sabe e ver a satisfação das pessoas. A experiência foi gratificante.” (**cooperação**)

2)“É de grande valia trabalhar em equipe de multiplicadores, porque nos ajudamos.”; “Na dúvida de um multiplicador, sempre se apela para outro multiplicador ajudar.” (**auxílio-mútuo**)

3)“Em casa, eu só sabia tirar o pó do computador.”; “É bom saber que a produtividade não tem idade.”; “Estou aqui por várias razões para servir como ocupação, aprendizado e satisfação.”; “É muito gratificante observar o progresso do aluno, o seu desempenho e sanar suas dificuldades.” (**valorização**)

Quanto à esfera social, o NETI desenvolve diversas ações, sendo suas principais o curso de monitores de ação gerontológica e o projeto de intercâmbio comunitário. O primeiro existe na instituição há vinte anos, com duração de dois anos cada. Esse curso almeja compreender os aspectos do envelhecimento humano, desde fatores psicológicos até fatores biológicos. Ao final do curso os idosos devem cumprir a proposta de estágio em alguma instituição voltada para gerontologia, e produzir uma monografia, respeitando os ritos acadêmicos. O destaque desse curso é a emancipação empírica do ser humano que acarretou no desenvolvimento de outras instituições de cunho social como a Associação Amigos do Hospital Universitário da UFSC. Já o projeto de intercâmbio comunitário organiza visitas em outras comunidades e instituições também ligadas ao envelhecimento humano, levando informações importantes de acolhimento e participação do idoso na sociedade.

No que tange aos aspectos políticos do idoso, existe o trabalho de convivência Cinco de Maio, que procura desenvolver a autonomia e conscientização do idoso sobre o seu valor como pessoa na vida, no grupo, na família e na comunidade, verificando também o estatuto do idoso, com seus direitos e deveres na sociedade. Outro projeto atual do NETI visa o debate de política do envelhecimento, onde a discussão gira em volta do empoderamento e da cidadania, assim como com a formação de grupos de pressão para fazer valer os direitos e anseios da comunidade, esses programas buscam incluir o idoso em relação às políticas públicas e suas interações políticas na sociedade, que segundo Tenório (2008A) quanto maior o consenso sobre a necessidade e a metodologia de uma experiência participativa, maior sua chance de êxito. Este consenso deve ser obtido tanto no âmbito político quanto nos âmbitos técnico e social.

Âmbito de aceitação social	Programas
Técnico	Cursos de línguas; inclusão digital; projeto de contador de histórias.
Social	Cursos de línguas; inclusão digital; projeto de contador de histórias; curso de gerontologia; intercâmbio comunitário.
Políticos	Projeto de convivência de 5 de maio; Curso de política do envelhecimento.

Figura 2. Projetos do NETI e suas vinculações com os âmbitos de aceitação social.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Trazendo à tona a segunda subcategoria de aceitação social, a valorização cidadã, buscou-se identificar as formas de inclusão e de participação devem valorizar a cidadania que segundo Tenório, (2008A) “... é importante considerar o quanto a necessidade de participação e suas implicações são valorizadas pelos próprios cidadãos. Considera-se que quanto maior for esta consciência, maior tende a ser a efetiva participação.”

Como foi analisada na Figura 2, a valorização cidadã está dentro dos projetos do NETI, como no caso da inclusão digital que traz a tona valores de aprendizado e

autossatisfação. Nos projetos, como no caso de inclusão digital verificou-se valores de aprendizado e autossatisfação conforme Sales, Guarezi e Fialho (2007). Entretanto não somente dentre dos projetos que se encontram aspectos de valorização do cidadão, nos princípios, missão e valores da organização e nas próprias palavras da coordenadora verificou-se características de valorização cidadã:

- 1)“Para o NETI, o idoso não deve ser separado em “guetos”, mas deve interagir com outras pessoas de todas as idades, fazendo garantir seus direitos de cidadão.”
- 2)“Seus atores acreditam que o indivíduo deve saber como se desenvolver na sociedade, aprendendo, buscando e repassando o conhecimento que quer ver permeado.”
- 3)“O senso de interdependência é citado, como o fator que deve permear as relações sociais do idoso e seu meio.”
- 4)“Por exemplo, uma senhora de 70 anos, ainda pode ter mais 30 anos com saúde, e contribuir da mesma maneira á comunidade.”
- 5) “Assessorar entidades na organização de programas de valorização do idoso” (NETI, 2012).

4.3 Pluralismo

A categoria de análise pluralismo, de Tenório (2008A), entende que a partir dos seus diferentes pontos de vista da multiplicidade de atores (poder público, sociedade civil e mercado), sejam discutidos e condensados para que se atinja a persecução das vias para o desenvolvimento sustentável e participação cidadã. Nesse sentido, analisa-se a subcategoria participação de diferentes atores, ou seja, a atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.

A multiplicidade de atores é uma característica intrínseca desde os primórdios do NETI a coordenadora do projeto de extensão relata essa diversidade de atores conforme citado:

“Outras pessoas também auxiliaram nas bases do NETI, desde a sociologia, psicologia, pedagogia e enfermagem enfatizando sempre as necessidades da comunidade. Nasceu como projeto de extensão comunitária, tornando a pesquisa e ensino como fundamentais nos alicerces de sua formação institucional. Recebem alunos de graduação de qualquer instituição, assim como alunos de pós que fazem suas pesquisas no NETI e professores que promovem projetos de extensão que atendam o público alvo do núcleo.”

Sendo assim, a participação de diversos atores auxiliou na base de sua construção até hoje, com a deliberação de projetos dos professores da universidade, que escrevem as propostas e uma comissão julgadora avalia a capacidade de implementação. Além disso, hoje há cerca de 50 voluntários. O número segundo a coordenadora não é exato, mas segundo ela mostra a flexibilidade e deliberação da gestão da instituição.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho, mediante estudo de caso qualitativo, visou analisar os processos de pluralismo e de participação fomentados por meio dos projetos de extensão ofertados pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade na UFSC, a partir do arcabouço conceitual da Gestão Social. A importância do estudo é justificada principalmente porque o projeto corresponde a um espaço da Administração Pública voltado a emancipação de grupos marginalizados pela sociedade. Trata-se de uma abertura do espaço público para tratar reais necessidades da sociedade. A extensão universitária, nesse caso, torna-se emblemático instrumento que vai possibilitar à universidade cumprir sua função social.

O NETI, como um grande projeto de extensão da universidade, surgiu da articulação de servidores públicos – professores – que enquanto cidadãos perceberam a defasagem na prestação dos serviços públicos por parte do aparelho estatal no âmbito do direito dos idosos. Nesse sentido, reflete anseio popular, constituindo iniciativa cujo surgimento foi pautado pelos princípios da Gestão Social, mesmo que na estrutura do poder público. A estruturação do Núcleo foi consolidada a partir de esforço conjunto de fundadores e voluntários, com intuito de fortalecê-lo nas instâncias administrativas da universidade.

Percebeu-se que todos os projetos analisados neste trabalho visam a emancipação da pessoa idosa, fomentando a substituição do declínio físico e das perdas simbólicas da terceira idade pelos ganhos significativos em outras dimensões, como por exemplo, a satisfação de necessidades sociais e culturais adquiridas no decorrer de sua existência, e que podem vir a renovar seu projeto de vida, criando um novo horizonte a sua frente, possibilitando uma nova ressignificação do seu papel na sociedade.

A agenda de pesquisa, nesse contexto, passaria pela continuidade e aprofundamento dos estudos na organização investigada, envolvendo, por exemplo, a análise unitária de cada projeto, dentro do escopo da Gestão Social. Estes estudos possibilitariam o fortalecimento do Núcleo na medida em que suas ações tornem-se legítimas perante a sociedade. Outro foco de pesquisas poderia ser a identificação de elementos críticos na estrutura organizacional do Núcleo, uma vez que seu enquadramento como projeto de extensão da universidade também lhe traz dependência administrativa e financeira do órgão.

BIBLIOGRAFIA

BELLEI, Renata Aparecida et al. Profissionalização dos professores universitários: raízes históricas, problemas atuais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 217, p.401-410, set. 2006. Quadrimestral.

SANTOS, Boaventura de Souza; & ALMEIDA FILHO; Naomar de. **A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova**, Coimbra, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Estatuto do idoso: Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CRUZ, Breno de Paula Andrade et al. **Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior**. XXXIV Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, n. , p.01-15, set. 2010.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2001.

DOWBOR, L. **Gestão social e transformação da sociedade**. Novembro, 1999. Disponível em: <[http:// http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp](http://http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp)>. Acesso em: 28. mar. 2012.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Pubifolha, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29. Mai/Jun.1995.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa.** Madrid: Taurus, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sobre a condição de saúde dos idosos:** indicadores selecionados. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_sobre.pdf>
Acesso em: 20 abr. 2012.

MAIA, M. **Gestão Social:** Reconhecendo e construindo referenciais. Revista Virtual Textos & Contextos, São Paulo, n. 4, p.1-18, dez. 2005. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

NETI. **Núcleo de Estudos da Terceira Idade.** Disponível em: <<http://www.neti.ufsc.br>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) Fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas (Brasil). **Extensão universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

SALES, Márcia Barros de; GUAREZI, Rita de Cássia; & FIALHO, Francisco A. P..

Infocentro para terceira idade: relato de experiência de aprendizagem por pares. Colabor@: Revista digital da CVA, Canoas, n. , p.23-55, 01 mar. 2007. Disponível em: <<http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/index>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** Publicado em Integrar ensinopesquisaextenso, III(9):148-9, maio/97. <Disponível em <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html> > Acesso em: 14 mai. 2012.

SCHOMMER, Paula Chies; & BOULLOSA, Rosana de Freitas. Com quantas andorinhas se faz um verão? Práticas, relações e fronteiras de aprendizagem. In: SCHOMMER, Paula Chies; SANTOS, Íris Gomes dos (Orgs.). **Aprender se aprende aprendendo:** construção de saberes na relação entre universidade e sociedade. 1. ed. Salvador: CIAGS/UFBA, FAPESB; SECTI; CNPq, 2010.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Uma Perspectiva Conceitual.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro v.32, n 5, p.7-23, set-out. 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme et al. **Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas.** In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2, 2008A.

TENÓRIO, F. G.(Re) **visitando o conceito de gestão social.** IN: Junior, Jeová Torres Silva org. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008B.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional. Ijuí: UNIJUÍ, 2008C.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social: uma réplica. In RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento:** Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

ZART, Laudemir Luiz; & SANTOS, Josivaldo Constantino. **Educação e Sócio-economia Solidária.** Interação Universidade – Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária, Vol. 2, Cáceres (MT): Editora Unemat, 2008.